

dias, a contar da comunicação desta decisão, para que as autoridades municipais notificadas encaminhem ao TCM-PA informações, justificativas e/ou documentos sobre os pontos de impropriedades suscitados nos autos, e, mensalmente, até o dia útil seguinte ao seu vencimento, a partir do mês de maio corrente, o envio do comprovante de recolhimento das obrigações previdenciárias, na forma ora homologada neste Plenário.

Determino a remessa da presente Medida Cautelar à Prefeitura Municipal de Marabá, representada pelo Prefeito, Sr. João Salame Neto, ao Secretário Municipal de Saúde, Nagib Mutran Neto; ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Pedro Sousa; ao Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Adnancy Rosa de Miranda; ao Superintendente de Desenvolvimento Urbano de Marabá - SDU, Sr. Gilson Dias Cardoso; e, ao Presidente da Fundação Casa da Cultura de Marabá - FCCM, Sr. Noé Carlos Barbosa Von Atzingen, para ciência e demais providências; bem como ao Ministério Público do Estado, em Marabá - 11ª Promotoria de Justiça, aos cuidados do Promotor de Justiça, Dr. Júlio Cesar Sousa Costa, e à Câmara Municipal de Marabá, para conhecimento.

Assim, nos termos do previsto pelo vigente Regimento Interno, tomando por base os fatos, documentos e requerimento apresentados, manifesto-me, pelo conhecimento da presente Representação, bem como pelo deferimento da cautelar, nos termos exarados nesta decisão Plenária.

Esta é a manifestação que submeto ao conhecimento do Egrégio Plenário.

Belém, 05 de maio de 2016.

Conselheiro **Antonio José Guimarães**

Relator

Protocolo 960620

RESOLUÇÃO Nº. 11.759/TCM-PA 12 DE FEVEREIRO DE 2015*

EMENTA: Aprova a estrutura e regulamenta a organização e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e da outras disposições.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II da Lei Complementar nº. 084 de 27 de dezembro de 2012 e art. 3º c/c art. 81, do Ato nº. 16, de 17 de dezembro de 2013, por intermédio desta resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis; e,

CONSIDERANDO que a missão institucional desta Corte de Contas é assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e moralidade, exercida mediante o controle externo da Administração Pública e de Particulares, a quando da gestão de recursos públicos, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

CONSIDERANDO que para o cumprimento dessa missão constitucional, relativamente à orientação e fiscalização da Administração Pública, para efetividade e regularidade da gestão dos recursos municipais em benefício da sociedade, pode ser substancialmente incrementado com a colaboração da sociedade civil, que interage cotidianamente com os órgãos e entidades do poder público municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de um canal específico de comunicação e aproximação entre a sociedade civil e o TCM-PA, para recepção e tratamento das informações, denúncias e colaboração em geral, com o objetivo de aperfeiçoamento das atividades fiscalizatória e pedagógica, desenvolvidas neste Tribunal;

CONSIDERANDO, que a participação da sociedade no acompanhamento da execução das ações e programas de governo, no âmbito das administrações públicas municipais, pode contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados, com reflexo na ampliação do exercício da cidadania, através do nomeado Controle Social;

CONSIDERANDO, os termos da Resolução nº. 001/2015, aprovada na Sessão Plenária de 13.01.15, que criou a OUIDORIA do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ;

CONSIDERANDO, ainda, a proposta de Resolução, apresentada pela Conselheira MARA LÚCIA, a qual restou aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada, em 12.02.2015, nos termos da Ata da Sessão;

CONSIDERANDO, por fim, as recomendações aprovadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, através do plano de Diretrizes de Controle Externo 3101/Atricon-CCOR/2014.

RESOLVE:

APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO QUE DISCIPLINA A ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS DA OUIDORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NOS SEGUINTE TERMOS:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Ouvidoria constitui um canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade, com a finalidade de:

I - contribuir para melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;

II - atuar na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por autoridades, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

III - promover a aproximação e participação da sociedade civil no exercício da atividade de controle da Administração Pública, por meio do Controle Social;

IV - desenvolver mecanismos de divulgação à sociedade, quanto à missão da Ouvidoria, seus serviços e formas de acesso;

V - receber as manifestações advindas de órgãos, cidadãos ou entidades, registrando-as em banco de dados informatizado próprio e tomando as providências que o caso exigir;

VI - informar aos demandantes os resultados de suas manifestações encaminhadas ao Tribunal de Contas, permitindo o fortalecimento da imagem institucional e, conseqüentemente, a aproximação do Tribunal com a sociedade e o exercício do controle social;

VII - propor a adoção de melhorias técnicas e procedimentais, com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos pelo Tribunal e contribuir para a melhoria da gestão pública municipal;

Art. 2º. Compete ao Conselheiro-Ouvidor:

I - assegurar o regular desenvolvimento do controle social da Administração Pública pelos cidadãos;

II - atender e orientar o público quanto ao acesso às informações no âmbito do Tribunal;

III - informar sobre a tramitação de processos ou documentos nas unidades do Tribunal;

IV - receber notícias de irregularidades encaminhadas por órgãos, cidadãos ou entidades;

V - receber manifestações sobre os serviços prestados pelo Tribunal;

VI - responder aos questionamentos de qualquer cidadão, por ofício ou qualquer meio eletrônico;

VII - gerir as informações encaminhadas à Ouvidoria e supervisionar as atividades de seus servidores;

VIII - promover o arquivamento de notícias manifestamente inconsistentes;

IX - apresentar ao Tribunal, anualmente, relatório circunstanciado das atividades realizadas.

X - coordenar a gestão dos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei Federal n.º 12.527/2011 (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências), zelando pelo cumprimento dos prazos de atendimento.

Art. 3º. O portal eletrônico do Tribunal de Contas, na rede mundial de computadores, deverá conter ícone e identificação visual específica para a Ouvidoria, permitindo o livre acesso à sua página virtual por qualquer cidadão.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 4º. A Ouvidoria, unidade integrante da estrutura organizacional do TCM-PA, é dirigida pelo Conselheiro-Ouvidor.

§1º. O Conselheiro-Ouvidor será indicado pela Presidência do TCM-PA, dentre os demais Conselheiros, não podendo tal indicação recair sobre os Conselheiros que já ocupem as funções de Vice-Presidente e Corregedor.

§2º. A indicação realizada pela Presidência será submetida à homologação do Colegiado, na primeira Sessão Plenária subsequente ao referido ato.

§3º. Em caso de impedimento ou de renúncia do Conselheiro-Ouvidor, será procedida nova indicação pela Presidência, a qual novamente submetida à homologação do Colegiado.

§4º. O Conselheiro-Ouvidor terá mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução consecutiva, somente para mais um período.

Art. 5º. A Presidência do Tribunal, por ato próprio, designará a estrutura de cargos e funções específicas dos servidores, destinados ao atendimento das atividades administrativas e a prestação de apoio técnico da Ouvidoria.

Parágrafo Único. A Ouvidoria poderá contar com o apoio técnico dos servidores lotados no Gabinete do Conselheiro-Ouvidor, a critério deste, visando o melhor desenvolvimento das atividades sob sua competência.

CAPÍTULO III

DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA OUIDORIA

Art. 6º. Assiste a todo cidadão, órgão ou entidade o direito de utilizar os canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria para apresentar a sua manifestação, de forma:

I - identificadora, sem solicitação de sigilo;

II - identificadora, com solicitação de sigilo;

III - anônima.

Parágrafo Único. Será assegurado o sigilo da autoria sempre que solicitado ou quando necessário, garantindo a todos os informantes um caráter de discrição e de confidencialidade.

Art. 7º. Todas as demandas da Ouvidoria, identificadas ou

não, além daquelas grafadas com sigilo, serão registradas eletronicamente em banco de gerenciamento de dados.

Art. 8º. O registro de qualquer demanda gerará um número de processo/protocolo para acompanhamento, que serão transmitidas ao seu autor através do mesmo meio de comunicação por ele utilizado.

Art. 9º. Serão informadas a todos os usuários da Ouvidoria as providências adotadas em suas respectivas manifestações, salvo quando não houver identificação do autor.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO INTERNO AO SISTEMA DE OUIDORIA

Art. 10. A Ouvidoria manterá cadastro atualizado de servidores, de cada unidade integrante da estrutura organizacional do TCM-PA, que ficarão responsáveis por operar o sistema informatizado próprio, possibilitando o encaminhamento das demandas e o fluxo de informações entre as diversas unidades e a Ouvidoria.

Parágrafo Único. Caberá aos operadores de que trata este artigo receber, acompanhar e enviar resposta, em razão das demandas encaminhadas pela Ouvidoria, prestando as informações solicitadas.

Art. 11. A Ouvidoria fará o gerenciamento das permissões de acesso ao banco de dados informatizado próprio, em conformidade com os servidores designados para atuar junto à mesma.

Art. 12. O Conselheiro-Ouvidor terá permissão de acesso a todas as manifestações registradas no sistema de Ouvidoria, encerradas ou não, bem como ao fluxo de informações provenientes das mesmas.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS SEÇÃO I

Do recebimento, análise e encaminhamento das demandas

Art. 13. No exercício de sua competência, a Ouvidoria receberá manifestações da sociedade em geral, através dos seguintes canais de atendimento:

I - presencialmente;

II - por telefone;

III - por e-mail;

IV - por sistema informatizado, na rede mundial de computadores;

V - por correspondência.

Art. 14. As manifestações presenciais ou telefônicas deverão ser inseridas no banco de dados informatizado próprio pelo servidor atendente, no momento do atendimento, e, ao final, deverá ser fornecido o número de processo/protocolo, para acompanhamento da demanda.

Parágrafo Único. Na hipótese da impossibilidade temporária de inserção de dados no sistema de Ouvidoria, no momento do atendimento, a demanda deverá ser registrada em formulário próprio, com indicação de e-mail ou telefone do usuário, salvo se anônimo, para, oportunamente, ser fornecido o número de registro do atendimento.

Art. 15. Nas manifestações realizadas por e-mail ou por correspondência, tão logo sejam inseridas no banco de dados do sistema informatizado próprio, deverá ser providenciada a comunicação do número de registro e autuação processual do atendimento ao demandante, salvo se anônimo.

Art. 16. As correspondências recebidas pela Ouvidoria, contendo manifestações da sociedade, deverão ser guardadas em arquivo próprio pelo prazo de até 05 (cinco) anos, contados a partir da data do registro da demanda no sistema informatizado.

§1º. Após o prazo descrito no caput, os referidos documentos serão eliminados.

§2º. Incluem-se, no conceito de correspondência, os formulários depositados pelos cidadãos em urnas disponibilizadas pela Ouvidoria.

Art. 17. A Ouvidoria, após o recebimento da manifestação, procederá à análise prévia do teor da demanda, e a classificará, quanto à sua natureza, em uma das seguintes tipologias:

I - elogio;

II - sugestão;

III - solicitação;

IV - reclamação;

V - notícia de irregularidade.

Art. 18. Após classificada a demanda, a Ouvidoria verificará se estão presentes na manifestação as informações suficientes para seu prosseguimento.

Art. 19. A manifestação será sumariamente encerrada, com o arquivamento promovido monocraticamente pelo Conselheiro-Ouvidor, quando:

I - trazer conteúdo inapropriado;

II - apresentar conteúdo e autoria em duplicidade com demanda anteriormente registrada;

III - for manifestamente inconsistente ou sem pertinência com o âmbito de competência deste TCM-PA.

Art. 20. As demandas insuficientemente formuladas deverão ser complementadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência do seu autor.